

## **PROJECÇÕES FUNCIONAIS EM TEORIA DA OPTIMIDADE SINTAXE VS. FIDELIDADE AO INPUT**

**JOÃO COSTA**

(Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)

### **1. Introdução e objectivos**

Desde o trabalho seminal de Pollock (1989) sobre o desdobramento de IP em duas categorias funcionais (T e AgrS), tem-se assistido a uma grande proliferação de categorias funcionais. Esta proliferação, embora possa validar e expandir a proposta de Pollock, não tem sido avaliada nem confrontada com alternativas que não recorram à postulação de novos núcleos funcionais.

Neste artigo, pretende-se enumerar alguns dos problemas gerados pela postulação de núcleos funcionais, questionando a sua universalidade e a sua presença uniforme e constante em todos os tipos de frases.

O artigo tem a seguinte estrutura:

- Na secção 2, discutirei o problema gerado pela proliferação de categorias funcionais;
- Na secção 3, apresentarei duas teorias em competição sobre categorias funcionais: Grimshaw (1991) e Cinque (1997)
- Na secção 4, serão apresentados três argumentos empíricos a favor da hipótese de Grimshaw baseados na distribuição de advérbios, clivadas e complementos de causativos.
- Na secção 5, farei uma proposta de formalização da projecção de categorias funcionais com os instrumentos da Teoria da Correspondência da Teoria da Optimidade;
- Na secção 6, enumerarei algumas questões levantadas pela formalização proposta.

Espera-se que este artigo contribua para questionar a legitimidade da postulação ilimitada de núcleos funcionais.

## 2. Categorias funcionais: problemas gerados pela sua proliferação

Desde Pollock (1989), tem sido proposto um grande número de categorias funcionais. Em (1), apresento uma lista não exaustiva de categorias funcionais propostas em trabalhos recentes:

- (1) AgrSP
- AgrOP
- TP
- NegP
- ZP
- AuxP
- PredicateP
- WP
- FocP
- TopP
- NumP
- $\Sigma$ P
- CIP
- AspP
- MoodP
- MannerP
- BeP

Esta proliferação de categorias funcionais levanta várias questões empíricas e teóricas:

Que testes é que possuímos para estabelecer uma tipologia de categorias? i.e. qual é a relação entre um determinado núcleo e uma etiqueta para uma categoria funcional?

Por outras palavras, que evidência é válida para a determinação das categorias? A evidência morfológica pode ser insuficiente, dadas, por exemplo, diferenças pequenas de locais de poiso para movimento do verbo em línguas com morfologia verbal semelhante como o português e o italiano. Por outro lado, a evidência de natureza semântica pode conduzir a argumentos circulares, como o de Cinque (1997) relativamente à distribuição de advérbios. De acordo com este autor, um advérbio tem uma leitura X por se encontrar em Spec,XP, sendo que a denominação desta categoria é a que pode ser deduzida do significado do advérbio.

Qual a natureza distribucional das categorias funcionais? Estão sempre presentes ou são projectadas apenas quando estritamente necessário?

Em várias análises, observa-se que o recurso a categorias funcionais é feito algo aleatoriamente. Recorre-se a uma estrutura da frase baseada em categorias funcionais, mas não há uma preocupação em confrontar a estrutura da frase proposta com outras mais ou menos ricas. Esta indeterminação em termos de análise carece de explicação, uma vez que, dada a distribuição de outras categorias e constituintes linguísticos, é legítimo supor que as categorias funcionais estão uniformemente representadas em qualquer frase de acordo com uma ordem fixa (Cinque 1997), estão uniformemente representadas em qualquer frase de acordo com propriedades de selecção que variam de língua para língua (Ouhalla 1991), ou são projectadas apenas quando necessário.

Como determinar a natureza das várias categorias relativamente à diferença entre categorias A e A-barra?

Um dos objectivos da proposta de várias categorias é a criação de locais de poiso para vários constituintes deslocados. No entanto, não há indicações claras sobre como determinar independentemente das análises particulares se uma dada categoria funcional é de tipo A- ou A-barra.

Que testes podem ser usados para distinguir análises concorrentes em que apenas a nomenclatura das categorias funcionais difere?

Quando não há informação morfológica suficiente (ver Belletti 1990 e Ouhalla 1991 para comparações baseadas na morfologia verbal), como distinguir análises semelhantes em que a ordem ou nomenclatura das categorias funcionais é a única diferença?

Todas estas questões decorrem de uma falta de sistematicidade no trabalho desenvolvido sobre\recorrendo a núcleos funcionais. Na ausência de propostas teóricas concretas relativamente ao modo como as categorias funcionais são projectadas, não é claro como determinar quais as categorias relevantes e como identificar categorias.

### **3. Projeções funcionais: tudo ou nada**

Questões como as enumeradas na secção anterior levaram Grimshaw (1991) e Cinque (1997) à elaboração de propostas teóricas sobre categorias funcionais. Estas duas propostas opõem-se radicalmente, dado que se baseiam ou na universalidade e uniformidade das categorias funcionais (Cinque) ou na sua não existência autónoma (Grimshaw).

Grimshaw (1991) defende que as projeções funcionais não são mais do que a extensão das categorias lexicais. Esta extensão pode ser criada quer pela

necessidade de lexicalizar núcleos quer pela necessidade de criar locais de poiso para constituintes deslocados. Neste sentido, Grimshaw chama às projecções funcionais *projecções alargadas*.

Uma vantagem desta análise é a explicação natural de os núcleos tradicionalmente conhecidos como I, T e C poderem servir de local de poiso para o verbo. Se IP, CP e TP forem projecções alargadas de VP, espera-se que o núcleo destas categorias seja categorialmente idêntico ao de VP.

Cinque (1997) defende que as projecções funcionais se organizam de acordo com uma hierarquia universal e de uma forma uniforme. De acordo com esta proposta, todas as categorias funcionais são projectadas em qualquer frase. A relação entre as várias categorias segue uma hierarquia universal e constante. Segundo Cinque, esta hipótese permite explicar que verbos auxiliares e advérbios se organizam de acordo com uma hierarquia que não difere de língua para língua.

Estas duas hipóteses diferem radicalmente. Grimshaw basicamente propõe que as categorias funcionais não têm um estatuto autónomo na teoria, sendo uma mera consequência da expansão dos núcleos lexicais. Assim sendo, as categorias funcionais só são projectadas quando necessário. Cinque defende que as categorias funcionais existem e podem ser detectadas através da interpretação de advérbios e verbos auxiliares. Dada a sua natureza universal e a sua projecção hierárquica uniforme, Cinque assume que todas as categorias funcionais são sempre projectadas.

Por se oporem radicalmente, estas duas hipóteses teóricas podem ser comparadas e sujeitas a uma avaliação empírica. Este é o objectivo da próxima secção.

#### **4. Três domínios empíricos a favor da hipótese de Grimshaw**

Nesta secção, serão apresentados três argumentos empíricos que parecem favorecer a hipótese de Grimshaw (1991). A distribuição de advérbios, restrições sobre clivadas verbais e o comportamento dos complementos de causativos apresentar-se-ão como contextos em que não parece ser legítimo propor que haja uma projecção uniforme de categorias funcionais. Pelo contrário, tentar-se-á mostrar que determinadas estruturas nos contextos indicados recebem uma explicação simples em termos de projecções alargadas.

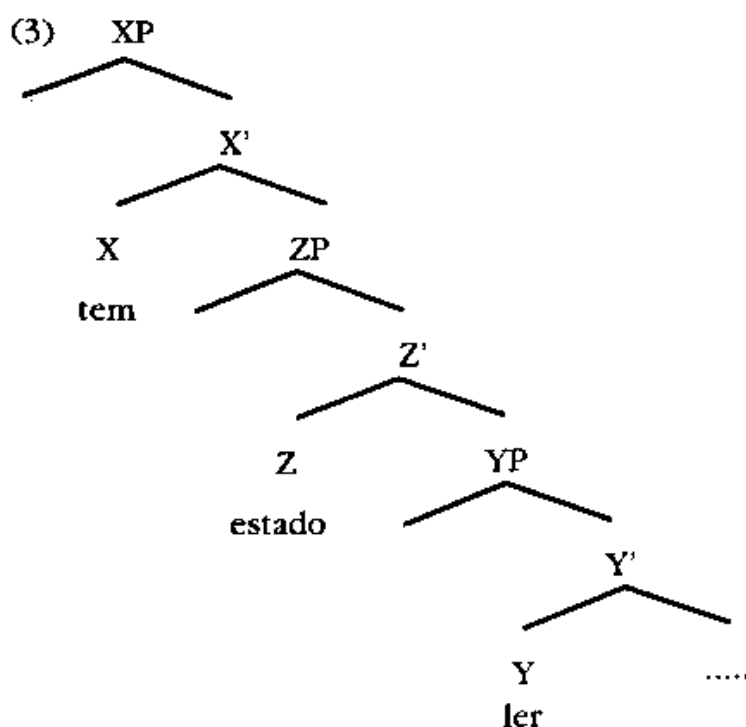
##### **4.1. Advérbios**

O primeiro argumento a favor da hipótese de Grimshaw (1991) vem da distribuição de advérbios. Como se sabe, em sequências Verbo Auxiliar-Verbo principal, é possível inserir vários advérbios (Jackendoff 1972, Travis 1988, Cinque 1997, Costa 1996a, 1998):

- (2) a. O Paulo tem estado a ler aquele livro à avó.

b. O Paulo cuidadosamente tem frequentemente estado simpaticamente a ler aquele livro à avó.

Supondo que cada um dos elementos verbais ocupa a posição de núcleo de uma projecção funcional distinta<sup>1</sup>, a frase (2) tem a representação parcial (3):



Se todas estas categorias são universal e uniformemente projectadas, espera-se que a possibilidade de adjungir advérbios não dependa da sua realização lexical. Por outras palavras, se os núcleos funcionais estão sempre presentes, as categorias máximas são sempre projectadas, sendo sempre possível adjungir advérbios ao nível máximo (ou inseri-los na posição de especificador). Esta predição é infirmada pelos dados:

(4) a. O Paulo leu aquele livro à avó.

b. \*O Paulo cuidadosamente frequentemente simpaticamente leu aquele livro à avó.

Como (4b) mostra, não havendo núcleos lexicais, os advérbios não podem ocorrer em sequência. Esta impossibilidade parece indicar que os advérbios não são adjuntos a projecções máximas cujos núcleos estão vazios.

A única forma de obter esta frase é coordenar os três advérbios (apesar de pertencerem a classes semânticas diferentes)<sup>2</sup>:

(5) O Paulo cuidadosa, frequente e simpaticamente leu aquele livro à avó.

Estes dados permitem concluir que a adjunção de advérbios depende da projecção de núcleos funcionais que só estão presentes para efeitos de projecção e lexicalização dos verbos auxiliares. Esta conclusão vai ao encontro da proposta de Grimshaw, de acordo com a qual o domínio funcional só é criado através da extensão das categorias lexicais quando há necessidade de criar locais de poiso para constituintes deslocados ou quando há necessidade de inserir núcleos lexicais. Se a hipótese de Cinque estivesse correcta, independentemente da realização lexical dos verbos auxiliares, as posições para adjunção estariam presentes na estrutura.

#### 4.2. Clivadas

Como se sabe, apenas projecções máximas podem ser clivadas. (6) é um exemplo de clivada de VP:

(6) Foi ler aquele livro o que o Paulo fez.

Desde Emonds (1978) e Pollock (1989), as ordens V-Adv-Compl são analisadas como consequência de movimento do verbo para um núcleo funcional acima de VP.

Esta ordem também pode ser clivada:

(7) Foi ler bem aquele livro o que o Paulo fez.

A gramaticalidade da frase (7) e a análise referida para as ordens V-Adv-Compl não permitem dizer que, em (7), estamos perante uma clivada de VP, uma vez que o advérbio *bem* se encontra entre o verbo e o objecto. No entanto, (7) apresenta uma estrutura muito semelhante à das clivadas de VP (note-se a presença do verbo suporte depois do sujeito).

Consideremos duas hipóteses de análise para (7):

**Hipótese A:** Em (7), TP é clivado e o sujeito não está em Spec,TP.

De acordo com esta hipótese, o constituinte clivado em (7) não é VP, mas o constituinte que contém o núcleo funcional para onde o verbo se desloca. De acordo com Costa (1996a,1998), a não adjacência sujeito-verbo em português pode ser interpretada em termos de movimento do verbo para T e do sujeito para Spec,AgrS. Assim sendo, a clivada da projecção funcional TP incluiria tudo menos o sujeito.

Esta hipótese seria compatível com uma análise da estrutura da frase de acordo com a qual as categorias funcionais são uniformemente projectadas. Sendo projecções normais, estas podem ser clivadas.

Assumindo que advérbios orientados para o sujeito são adjuntos de TP (cf. Costa 1998), seria possível clivar esta projecção máxima com o seu adjunto. Note-se, no entanto, que a clivada que inclui o advérbio adjunto a TP não é gramatical:

(8) \*Foi cuidadosamente ler aquele livro o que o Paulo fez.

Este facto parece invalidar a hipótese de acordo com a qual a clivada com a ordem V-Adv-Compl é simplesmente uma clivada de TP.

**Hipótese B:** Em clivadas de VP, é clivada a projecção alargada de VP, que contém o núcleo verbal.

Esta hipótese opõe-se à hipótese A por não depender de uma referência específica a determinadas categorias funcionais. Assim sendo, permite manter a ideia de que, quer em (6), quer em (7), nos deparamos com clivadas de VP, sendo o constituinte relevante para a construção da clivada a projecção lexical ou alargada que é marcada por conter na fronteira esquerda o núcleo verbal lexical<sup>3</sup>.

Existem dois argumentos a favor desta hipótese.

Em primeiro lugar, note-se que o VP não pode ser clivado sem o verbo. Assumindo movimento generalizado de V para I em português e que qualquer XP pode ser clivado, esperar-se-ia que um VP pudesse ser clivado após movimento do verbo para I. No entanto, tal não é possível<sup>4</sup>:

(9) \*Foi bem aquele livro o que o Paulo leu.

Em segundo lugar, note-se que a posição do núcleo verbal lexical é determinante para a construção da clivada e não a categoria ocupada por este. Por outras palavras, se a clivagem de ordens V-Adv-Compl fosse o resultado de uma clivada de TP ou de qualquer outra categoria funcional seria de esperar que a clivada fosse possível independentemente do verbo que ocupe o núcleo do constituinte clivado. No entanto, nem todos os verbos auxiliares podem ser clivados, tal como (10) ilustra:

- (10) a. O Paulo vai ler bem aquele livro.  
 b. É ler bem aquele livro o que o Paulo vai fazer.  
 c. \*É ir ler bem aquele livro o que o Paulo vai.

O contraste entre (10b) e (10c) mostra que, mais do que sensibilidade a uma determinada projecção lexical ou funcional, a construção de clivadas envolve uma sensibilidade aos itens lexicais envolvidos independentemente da sua posição. Este tipo de sensibilidade não é predito por uma teoria que diga simplesmente que qualquer projecção máxima pode ser clivada. Numa teoria de

projeções alargadas, é predito que qualquer núcleo verbal lexical possa ser clivado independentemente da sua posição, dado que estaremos sempre perante clivadas de VP (lexical ou funcional-alargado).

Concluindo, o comportamento das clivadas de VP sugere que esta construção é sensível à criação de projeções alargadas e não a núcleos funcionais pré-definidos. As clivadas de VP podem ser quer clivadas do VP lexical quer clivadas de projeções alargadas de VP.

Este tipo de comportamento parece receber uma explicação mais plausível no âmbito da proposta de Grimshaw (1991) do que de acordo com Cinque (1997), dado que não depende de uma estrutura funcional uniforme, mas da expansão dos núcleos lexicais.

#### 4.3. Complementos de causativos

O terceiro argumento a favor da hipótese de Grimshaw (1991) é-nos dado pelo comportamento dos complementos de verbos causativos. Uma teoria como a de Cinque (1997), que defende que as Projeções Funcionais se realizam de uma forma uniforme e universal, prediz que tal seja verdade independentemente do tipo de frase ou de especificidades de cada construção. A hipótese de Grimshaw (1991), pelo contrário, contempla variação na estrutura funcional de frase para frase.

Segundo vários autores, vários argumentos convergem indicando que os complementos de causativos têm uma estrutura defectiva. Se assim for, a hipótese de Grimshaw é favorecida em relação à de Cinque, dado que apenas aquela contempla a possibilidade de algumas projeções funcionais não serem realizadas.

Note-se que nenhum dos argumentos a desenvolver (subida do clítico e topicalização) é exclusivamente detectável em complementos de causativos. No entanto, dado que ambos podem ser encontrados neste contexto, optei por abordá-los na mesma secção.

##### **Argumento A (Martins 1995, Gonçalves 1997): subida do clítico**

Em contextos causativos, os clíticos associados aos verbos encaixados podem aparecer adjacentes ao verbo matriz:

(11) a. Eu não o mandei ler.

Dois trabalhos recentes sobre este fenómeno no português europeu (Martins 1995 e Gonçalves 1997) coincidem na assunção de que a subida do clítico se deve à defectividade do complemento do verbo causativo. De acordo com Martins, o clítico sobe para a frase matriz porque os verbos causativos não seleccionam a projecção funcional que hospeda o clítico. Gonçalves defende que o clítico sobe para a frase matriz porque a projecção funcional que hospeda o



clítico na frase subordinada é inerte. Independentemente da implementação técnica da análise, o que é relevante para este artigo é o facto de ambas as autoras envolverem defectividade funcional nas suas propostas<sup>5</sup>.

Se fosse assumido, como em Cinque (1997), que todas as categorias funcionais são sempre projectadas, é difícil explicar porque não pode o clítico ser hospedado pela categoria funcional do domínio subordinado.

#### **Argumento B: topicalização**

Os verbos causativos podem ter complementos finitos ou não finitos (cf. 12a,c respectivamente). Como (12b) e (12d) ilustram, só é possível topicalizar um constituinte da frase subordinada se esta for finita<sup>6</sup>.

- (12) a. Eu fiz com que o Pedro lesse esse livro.  
 b. Eu fiz com que, esse livro, o Pedro lesse.  
 c. Eu fiz o Pedro ler esse livro.  
 d. \*Eu fiz, esse livro, o Pedro ler.

Se topicalização envolve adjunção a ou movimento para uma projecção funcional na periferia esquerda de IP\CP, a impossibilidade de obter topicalização em construções causativas não-finitas pode indicar que a categoria funcional relevante não é projectada.

A categoria funcional só é projectada quando é necessária a existência de um núcleo para lexicalizar o complementador, o que vai ao encontro da hipótese de Grimshaw (1991), segundo a qual as projecções lexicais são alargadas quando há necessidade de criar locais de poiso ou de criar estrutura para a lexicalização de determinados elementos.

Em conclusão, parece legítimo afirmar que os complementos não finitos dos verbos causativos são um contexto que ilustra claramente que determinadas categorias funcionais podem não ser projectadas, nomeadamente as relevantes para a hospedagem de clíticos (Martins 1995, Gonçalves 1997) e de tópicos deslocados.

#### **5. Formalização**

A ideia básica da proposta de Grimshaw (1991) é a de que a estrutura funcional só é activada quando necessário. Nesta secção, farei uma proposta de formalização desta hipótese no quadro da Teoria da Optimidade (Prince e Smolensky 1993). A escolha deste modelo prende-se com a necessidade de expressar a dependência e conflito entre dois princípios independentes: por um lado, determinadas restrições de natureza sintáctica forçam a projecção de categorias funcionais, por outro, não se deve projectar uma estrutura vazia.

### 5.1. Teoria da correspondência em Optimidade

Antes de expor a proposta relativamente à projecção de categorias funcionais, gostaria de listar as premissas da Teoria da Optimidade (13) e da Teoria da Correspondência (14):

**Teoria da Optimidade (Prince e Smolensky 1993):**

- (13) a. A partir de um *input* são gerados vários *outputs*;  
b. *Outputs* são avaliados em paralelo por conjunto de restrições violáveis e universais;  
c. A avaliação dos *outputs* pelas restrições é feita de acordo com a hierarquia de restrições que define cada gramática particular;  
d. O *output* gramatical é aquele que viola menos restrições de acordo com a hierarquia da língua.

**Teoria da Correspondência (McCarthy e Prince 1995):**

- (14) a. *Outputs* devem ser fiéis à especificação do *input* (penaliza epêntese e síncope em fonologia),  
b. A restrição responsável pela correspondência *Input-Output* é FAITH.  
c. Violações de FAITH devem ser motivadas apenas pelo efeito de restrições estruturais mais relevantes na hierarquia particular de cada língua.

A Teoria da Correspondência enquadra-se nas premissas da Teoria da Optimidade e diz respeito a relações de identidade entre *inputs* e *outputs*. *Inputs* e *outputs* correspondentes não devem diferir. Caso haja diferenças entre *inputs* e *outputs*, a restrição FAITH será violada. Violações de FAITH, como qualquer violação de restrições em Teoria da Optimidade, não é gratuita. No caso específico de FAITH, esta restrição é violada para efeitos de satisfação de restrições de natureza estrutural.

### 5.2. Categorias funcionais não são fiéis ao Input

A projecção de categorias funcionais pode ser expressa e formalizada no âmbito da Teoria da Correspondência. Se, tal como Grimshaw (1991) propõe, as categorias funcionais não são mais do que expansões dos núcleos lexicais, aquelas não são expressas no *input*. O *input* conterá apenas os núcleos lexicais e toda a informação de natureza argumental, semântica e discursiva<sup>7</sup>. Assim, sempre que houver realizações de categorias que não estão expressas no *input*, haverá necessariamente uma violação de FAITH.

Tomemos como exemplo de aplicação desta proposta, a forma como a restrição FAITH permite a projecção de núcleos funcionais, penalizando simultaneamente projecções funcionais vazias.

Considere-se as seguintes restrições:

(15) Restrições:

- a. **SUBJ-CASE:** NPs sujeito deslocam-se para Spec,IP (Costa 1996a, 1998)
- b. **FAITH:** Input e output são idênticos

A restrição (15a) força a expansão de VP para criar um local de poiso para os NPs sujeito. A restrição (15b) impede a projecção desta categoria, dado que não está expressa no *input*.

Consideremos os seguintes candidatos:

**Candidato a:** sem movimento do sujeito para Spec,IP

**Candidato b:** com movimento do sujeito para Spec,IP

**Candidato c:** com movimento do sujeito para Spec,IP e projecção de categoria funcional vazia.

Dado que, em português, existe movimento do sujeito para Spec,IP (Âmbar 1992, Duarte 1987), a hierarquização das restrições em (15) deve ser a apresentada em (16):

- (16) **Hierarquização para o português:**  
 SUBJ-CASE > FAITH

Em (T1), apresenta-se a avaliação dos três candidatos:

(T1) Input: (Suj, V)

	SUBJ-CASE	FAITH
a. [VP S [V' V]]	*!	
b. [VP S [VP V]]		*
c. [FP [VP S [VP V]]]		**!

O candidato (a) é excluído por violar SUBJ-CASE, dado que o sujeito não é movido para Spec,IP. O papel desempenhado por FAITH na exclusão de categorias funcionais que não desempenham qualquer papel é visível na decisão entre os candidatos (b) e (c). Ambos satisfazem SUBJ-CASE. Ambos violam FAITH. No entanto, dado que o candidato (c) tem mais uma categoria funcional do que o candidato (b), incorre numa violação adicional de FAITH, que é fatal, excluindo-o.

Este exemplo ilustra o papel que FAITH desempenha: a sua violabilidade permite a projecção de categorias funcionais. A sua operatividade penaliza projecções não motivadas. Este tipo de papel desempenhado por uma restrição encontra uma formalização natural no âmbito da Teoria da Optimidade.

Dado que todas as hierarquias de restrições são possíveis, importa saber quais as predições desta proposta para uma língua em que FAITH esteja no topo da hierarquia. De acordo com Bresnan (1996), que faz uma proposta semelhante

recorrendo à restrição \*STRUC, o resultado será a lexicalização de toda a informação que é representada estruturalmente. Não podendo ser projectada uma estrutura funcional, a informação codificada\representada através de determinadas configurações no domínio funcional será expressa dentro do domínio lexical não alargado. Alegadamente, isto é o que acontece nas línguas polissintéticas.

## 6. Algumas questões levantadas por esta proposta

Antes de concluir, gostaria de listar alguns aspectos problemáticos levantados por esta proposta:

- Se as projecções funcionais não forem mais do que extensões das categorias lexicais, como é possível determinar posições de poiso específicas? Por exemplo, sem fazer referência à distinção entre AgrS e AgrO, como determinar para que categoria se move o sujeito?

Uma estratégia possível de determinar locais de poiso poderá estar na definição de uma teoria de localidade de tal forma precisa que force determinados constituintes a mover-se apenas para determinadas posições. Veja-se, por exemplo, a proposta baseada em equidistância de Chomsky (1995), que prediz a impossibilidade de mover sujeitos para Spec,AgrOP.

- Se as projecções funcionais não forem mais do que extensões das categorias lexicais, como se pode associar propriedades semânticas a determinadas posições?

Uma estratégia possível é definir um mecanismo de percolação de traços semânticos, que permita que o significado das categorias associadas a cada posição se transforme numa propriedade da categoria. Em Travis (1988), um mecanismo deste tipo é utilizado para o licenciamento de advérbios em determinadas posições.

- Finalmente, se não houver uma estrutura funcional universal, como se pode distinguir fenómenos de línguas particulares, como por exemplo, movimento de núcleos verbais, sem fazer referência a propriedades específicas de categorias funcionais?

Possivelmente, a morfologia verbal de cada língua permitirá determinar se um determinado núcleo precisa de ser movido ou não. Em Williams (1994), Koeneman e Neeleman (1997), entre outros, defendem-se mecanismos deste tipo.

## 7. Conclusões

Neste artigo, fez-se uma comparação de duas teorias sobre a existência, universalidade e uniformidade de categorias funcionais: Grimshaw (1991) e

Cinque (1997). Os domínios empíricos discutidos apresentam evidência a favor da hipótese de Grimshaw (1991), de acordo com a qual as categorias funcionais apenas são projectadas quando necessário e não são mais do que a extensão das projecções lexicais.

Mostrou-se ainda que projecções alargadas e a penalização de estrutura funcional vazia podem ser formalizadas em termos de Teoria da Correspondência, tal como é definida em Teoria da Optimidade.

Apesar das várias questões que a hipótese de Grimshaw levanta, a restrição de projecções funcionais ao mínimo necessário permite uma redução drástica do número de análises possíveis para frases simples, dado que limita o número possível de estipulações relativamente à existência e tipologia de categorias não-lexicais.

### Notas

1 No diagrama em (3), estou a ignorar a representação correcta de *a*.

2 A possibilidade de coordenar advérbios pertencentes a classes semânticas diferentes é inesperada dada a tipologia de Cinque (1997), de acordo com a qual os advérbios ocupam posições de especificador diferentes de acordo com a sua classe semântica.

3 Não pretendo aqui fazer qualquer proposta concreta relativamente à sintaxe das clivadas. A hipótese que vou formular diz respeito apenas à sensibilidade desta construção relativamente à posição de um determinado núcleo, o que parece poder ser formalizado em termos da teoria das projecções alargadas.

4 Note-se que não é legítimo argumentar que o VP sem verbo não pode ser movido por conter um vestígio não governado na posição de poiso, dado que VPs contendo verbos inacusativos e o vestígio do sujeito movido para Spec,IP podem ser clivados:

(i) Foi [chegar tNP] o que [NPO Paulo] fez.

5 Note-se que o caso dos causativos não é necessariamente problemático para a proposta de Cinque, dado que este autor assume que a subida do clítico em contextos causativos se dá por existir apenas um domínio frásico, como me foi observado por Pilar Barbosa. Note-se, no entanto, que este tipo de argumento não daria conta do facto de subida do clítico também ser possível com verbos de elevação, para os quais não é legítimo pressupor a existência de apenas um domínio oracional:

(i) A Maria não o parece ter comido.

6 Refira-se que esta é uma propriedade comum a outros contextos subordinados não-finitos:

(i) a. O Paulo supõe que, ao cinema, tu vais.

b. \*O Paulo supõe, ao cinema, tu teres ido.

Como mencionei no início desta secção, insiro esta propriedade no comportamento dos complementos de causativos, dado que, em conjunto com o fenómeno de subida do clítico, ilustra a defectividade funcional deste contexto.

7 Ver Grimshaw (1997), entre outros.

### Referências.

- Âmbar, M. (1992). *Para uma sintaxe da inversão sujeito-verbo em português*. Dissertação de doutoramento, Universidade de Lisboa.
- Bresnan, J. (1998). *Notes on projections, heads and Optimality*. Ms, Stanford University.
- Chomsky, N. (1995). *The Minimalist Program*. MIT Press, Cambridge, MA
- Cinque, G. (1997). *Adverbs and Functional Heads*. A publicar por Oxford University Press.
- Costa, J. (1996). Adverb positioning and V-movement in English: some more evidence. in *Studia Linguística*, 50.
- Costa, J. (1996a). Word Order and Constraint Interaction. in J. Baptista e P. Barbosa (eds). *Seminários de Linguística*. Universidade do Algarve.
- Costa, J. (1998). *Word Order Variation. A constraint-based approach*. Dissertação de doutoramento, Universidade de Leiden.
- Duarte, I. (1987). *A construção de topicalização na gramática do português. Regência, ligação e condições sobre movimento*. Dissertação de doutoramento, Universidade de Lisboa.
- Emonds, J. (1978). The verbal complex V'-V in French. in *Linguistic Inquiry*, 9.
- Gonçalves, A. (1997). On restructuring constructions in European Portuguese. A publicar em T. Cambier-Langeveld, A. Liptak e M. Redford. *ConSOLE 6 proceedings*. Leiden University.
- Grimshaw, J. (1991) *Extended Projections*. Ms, Brandeis University.
- Jackendoff, R. (1972) *Semantic Interpretation in Generative Grammar*. MIT Press, Cambridge, MA.
- Martins, A. (1995). A Minimalist Approach to Clitic Climbing. A publicar em J. Costa (ed). *Portuguese Syntax. New comparative studies*. Oxford University Press.
- Koenenman, O. e A. Neeleman (1997). Transitive Expletive Constructions. Comunicação apresentada na ConSOLE 7, Universidade de Lisboa.
- McCarthy, J. e A. Prince (1995). Faithfulness and Reduplicative Identity. In *UMOP* 18.
- Pollock, J. Y. (1989). Verb Movement, Universal Grammar and the structure of IP. in *Linguistic Inquiry*, 20.
- Prince, A. e P. Smolensky (1993). *Optimality Theory. Constraint interaction in Generative Grammar*. A publicar por MIT Press, Cambridge, MA.
- Travis, L. (1988). *The syntax of adverbs*. McGill Working Papers in Linguistics.